

PARA ALÉM DO CÂNONE: A MULHER NOS INTERESSES DA RECEPÇÃO DA SOCIOLOGIA NO BRASIL

Ivan Fontes BARBOSA¹

Anna Kristyna Araújo da Silva BARBOSA²

Moisés Cruz SOUZA³

RESUMO: Embora os primeiros estudos científicos cujo escopo fosse o entendimento das mulheres na sociedade brasileira tenham se iniciado a partir da década de 1940, é necessário registrar que no contexto da recepção da sociologia no Brasil no transcurso dos últimos anos do século XIX e início do XX, elas estiveram, ainda que de maneira tímida, nos interesses daqueles que promoveram esse processo. Tobias Barreto, Tito Lívio de Castro e Florentino Menezes ilustram essa assertiva. Forjados fora dos cânones desta ciência, suas imersões nestes contextos revelam a resistência que exerceram à tendência racial, que dominou até as primeiras décadas do século XX, e os seus esforços para desabilitá-la. Aqui, o interesse sobre a situação da mulher como objeto das reflexões consagradas como sociológicas operadas no Brasil daquele contexto, indica os momentos em que as noções de raça, e seus aportes discursivos, começam a perder sua força e poder explicativo.

PALAVRAS-CHAVE: Sociologia no Brasil; Mulher; Tobias Barreto; Tito Lívio de Castro; Florentino Menezes.

¹ Universidade Federal do Sergipe (UFS), Centro de Educação e Ciências Humanas, São Cristóvão – SE – Brasil. Professor adjunto do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1961-0605>. ivanfontesbarbosa@gmail.com.

² Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, João Pessoa – PB – Brasil. Doutoranda em Sociologia. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3798-7382>. annakristyna07@gmail.com.

³ Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife – PE – Brasil. Mestrando em Sociologia. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2042-0240>. cruzmoisesecs@gmail.com.

BEYOND THE CANON: WOMEN IN BRAZILIAN SOCIOLOGY'S RECEPTION INTERESTS

ABSTRACT: *Although the first scientific studies whose scope was the understanding of women in Brazilian society began in the 1940s, it is necessary to register that in the context of the reception of sociology in Brazil during the last years of the 19th century and beginning of the 20th century, women were, even though in a shy way, among the interests of those who promoted this process. Tobias Barreto, Tito Lívio de Castro, and Florentino Menezes illustrate this assertion. Forged outside the canons of this science, their immersions in these contexts reveal the resistance they operated to the racial tendency, which dominated until the first decades of the 20th century, and their efforts to disable it. Here, the interest on the situation of women as an object of the reflections consecrated as sociological that operated in Brazil of that context, indicates the moments where the notions of race, and its discursive contributions, begin to lose their force and explanatory power.*

KEYWORDS: *Sociology in Brazil; Women; Tobias Barreto; Tito Lívio de Castro; Florentino Menezes.*

Usos e recepção da sociologia no Brasil

A tentativa de construção de uma reflexão que abarcasse o entendimento das especificidades e do lugar da sociedade brasileira oitocentista ante o contexto do avanço das sociedades ocidentais foi o mote que orientou a recepção das perspectivas sociológicas e os seus usos na busca da sedimentação dessa identidade nacional. Nesta tarefa, orientadas sob os auspícios das diretrizes evolucionistas e das teorias raciais e deterministas, algumas variáveis foram alçadas ao *status* de dimensões fundamentais para o entendimento daquela realidade social. Foi o caso do negro e do mestiço no olhar da sociologia de Sílvio Romero [1888] (1980), por exemplo, que, mesmo sob o viés do racismo científico, acabou sendo elevado à condição de elemento fundamental para entendimento da sociedade e cultura brasileiras. Tido como fundamental para a explicação da sociedade brasileira junto com o português e o indígena, parte da reconhecida sociologia⁴

⁴ O estatuto de “sociologia” ou de “pensamento social” dado a determinados autores e autoras não é isento de conflito. Reflete uma oposição já clássica na história do pensamento sobre o social no Brasil que opõe o científico ao não científico e o institucionalizado ao não institucionalizado. Mas reflete também uma série de simplificações que impede a percepção de um conjunto de intelectuais cujo pensamento e análise, no todo da sua produção ou

brasileira – operada na transição do século XIX para o XX – percorrerá essa vereda para entender os principais contornos da sociedade brasileira e os seus principais problemas.

Na agenda das questões que estruturavam os usos e a recepção da sociologia, a escravidão não fora objeto aberto de escrutínio e estudo, como assevera Thomas Skidmore (1976), como outras variáveis relevantes para entender a sociedade brasileira, tais como a política, a posição da mulher, as relações de trabalho, a desigualdade social, etc. A natureza dos arranjos sociais aqui operados impedia, consoante às instruções da sociologia do conhecimento de Florestan Fernandes (1976), que determinados grupos organizassem interpretações públicas da realidade capazes da ampliação dos espaços de inserção e nos rumos das decisões de interesses coletivos. O caso da invisibilidade da mulher nos estudos sociológicos sobre a realidade brasileira é emblemático. Grosso modo, podemos indicar que é apenas a partir da década de 1930 que ela será timidamente estudada como um capítulo ilustrativo da orquestração da sociedade patriarcal no Brasil em Gilberto Freyre (2000a, 2000b), sendo que o mais relevante e pioneiro estudo sociológico sobre a condição da mulher no Brasil foi operado apenas no fim da década de 1960, com Heleieth Saffioti [1969] (2013).

Se, naquele momento, a omissão sobre o papel e a situação da mulher era estrutural e historicamente condicionada pelo patriarcado escravista cristão, como explicar o fato de que determinados autores que ilustram a história da sociologia no Brasil fizeram da mulher objeto aberto de suas reflexões? Quais as razões de inserir a mulher na pauta pública das questões daquele tempo? Como utilizaram as coordenadas teóricas para pensar essas questões? O presente trabalho está estruturado em torno da apresentação de como a questão da mulher entrou na agenda dos interesses dos intelectuais que receberam e utilizaram a sociologia como instrumento de investigação da sociedade brasileira na transição do século XIX para o XX.

De acordo com Lília Schwarcz (1993), a sociologia que aportou no país no final daquele século não foi uma ciência do tipo experimental. O que aqui se valorizou foram as teorias evolucionistas e social-darwinistas originalmente

em parte, bastante se assemelham às reflexões produzidas na sociologia brasileira após a década de 1930 e não são menos merecedoras da denominação de “Sociologia”. Segundo Antonio Candido (2006) a produção de Tobias Barreto e da Escola de Recife — aqui se encaixa também o Tito Lívio de Castro — se encontra em um período de pré-institucionalização da Sociologia no Brasil. Todavia, Candido aponta que a primeira obra de caráter sociológico no Brasil é *Glosas heterodoxas a um dos motes do dia, ou variações antisociológicas*, de 1884, de Tobias Barreto, pela construção de um argumento marcadamente antipositivista e antideterminista, revelando o caráter inerentemente histórico e cultural dos fenômenos sociais. Isso mostra a relevância do autor para o pensamento sociológico, mesmo que ele seja tratado à margem do cânone e sua produção seja anterior à fase da sociologia institucionalizada.

popularizadas enquanto justificativas teóricas de práticas imperialistas de dominação. A sociologia recepcionada naquele momento, segundo Roberto Da Matta (1981), atendia a um anseio de apaziguamento dos ânimos no que tocava ao entendimento do que éramos e o que estava reservado para nós no transcurso histórico.

Conforme Thomas Skidmore (1976), a questão racial e o determinismo climático eram discutidos abertamente na Europa. Os europeus ofertavam termos pouco lisonjeiros à América Latina e ao Brasil, principalmente, por causa de sua vasta influência africana. Poucos intelectuais brasileiros verteram esforços concretos ou dedicaram parte de seus vigores teóricos e interpretativos para tentar dissecar e erradicar essa forma de relação. Até a abolição da escravidão, pouca atenção teórica e política fora dada à questão racial enquanto fenômeno social. “Preferiram, comodamente, concentrar-se na reforma pura e simples das instituições e da lei” (SKIDMORE, 1976, p.46). Acreditavam que só as mudanças de ordem institucional seriam capazes de pôr o Brasil no caminho do progresso.

Consoante Dante Moreira Leite (2002), o racismo científico teve enorme prestígio neste período por apresentar-se como fórmula usada para garantir e justificar o domínio branco sobre o resto do mundo, uma vez que, ao se basear na teoria evolucionista de Darwin, os europeus teriam evoluído para um estágio superior às demais civilizações e, portanto, possuiriam o direito de se impor às raças inferiores.

Estes trabalhos sobre a sociologia no Brasil são unânimes em atestar a hegemonia das teorias raciais e seu crucial papel na circunscrição da nação brasileira e seus correlatos usos ideológicos. Ensejam que havia um silêncio existencialmente condicionado que omitia a crítica à teoria racial e à questão da mulher da agenda dos debates de então.

A hipótese aventada em nossa proposta indica que o início da valorização do papel do mestiço e do negro, e seus papéis na formação da identidade nacional, aliado às possibilidades objetivas que se apresentavam à integração destes segmentos às instituições intelectuais e à vida pública brasileiras geraram uma fratura que possibilitou o surgimento de reflexões que desmereciam o peso da natureza e da raça na explicação das configurações sociais. É neste cenário que o debate sociológico sobre o papel da mulher na sociedade brasileira acaba alçando o *status* de pauta coadjuvante na crítica às teorias raciais e biológicas de então.

No primeiro momento, apresentamos como o intelectual negro Tobias Barreto dialoga com a sociologia com vistas a erigir uma crítica às suposições naturalistas nos domínios da interpretação dos fenômenos sociais. Em seguida,

apresentamos como outro intelectual negro, o Tito Lívio de Castro, utiliza as coordenadas das ciências do século XIX e constrói uma reflexão que reforça a necessidade de reconhecermos a autonomia do universo social em relação ao reino natural. Por último, apresentamos a leitura de Florentino Menezes, intelectual branco que, vinculado ao racionalismo científico de linha francesa, constrói um entendimento sociológico comprometido com a necessidade de transformação do mundo social. Nesse afã, a exploração do trabalho destes autores incita o reconhecimento da particularidade da condição feminina na sociedade brasileira e sua abordagem sobre a natureza dessa situação.

Tobias Barreto: natureza, cultura e educação

Seria um pecado imperdoável contra o santo espírito do progresso, de um crime de lesa-civilização, da lesa-ciência [...] o de ficar aqui decidido, barbaramente decidido e assentado, que a mulher não tem capacidade para os misteres científicos, para os misteres que demanda uma alta cultura intelectual. (Tobias Barreto, 1962).

Tobias Barreto (1839-1889), negro sergipano formado pela Faculdade de Direito do Recife (FDR), sobressaiu por um apego, por vezes exagerado, à cultura germânica. Em detrimento de tantas limitações institucionais e culturais, conseguiu edificar uma esquecida, porém curiosa, crítica à voracidade da razão positivista e de seu ímpeto de reduzir o universo da cultura a dimensões naturais.

Antônio Candido aponta o lugar de Tobias Barreto na história da sociologia brasileira:

[...] O primeiro escrito teórico de certo vulto sobre a matéria (deixando de lado as repetições automáticas dos positivistas) foi possivelmente devido a Tobias Barreto e obedeceu, vale mencionar, a um critério negativista. São as Glosas heterodoxas a um dos motes do dia ou variações anti-sociológicas, onde contesta, com a vivacidade costumeira, a validade e a autonomia de nossa disciplina. (CÂNDIDO, 1960, p. 2107).

Acreditamos que o início desta contenda esteja inscrito nos discursos pronunciados em 1879 enquanto deputado e na dissertação elaborada do concurso para docente da FDR, em 1882. São escritos que indicam como se dava a recepção e reelaboração da reflexão sociológica no Brasil do século XIX. O que

desperta interesse é que, ao negar e restringir a possibilidade da sociologia, ele encetou um dos debates mais instigantes desta disciplina no transcurso da transição do século XIX para o XX.

O começo desta vereda deu-se com o discurso intitulado *A Educação da Mulher*, proferido em 22 de março de 1879, na assembleia provincial enquanto deputado estadual pelo Partido Liberal. Ele versava sobre a defesa do projeto 61/1879, que propunha um auxílio a ser dado pelo governo da província, para que uma jovem pudesse estudar medicina nos Estados Unidos ou na Suíça. No pólo diametralmente oposto ao de Tobias Barreto, estava o médico e também deputado Malaquias Antônio Gonçalves.

O contorno dessa tensão tem início com o pronunciamento de Tobias Barreto, que indicava o reconhecimento da dimensão social da relação desigual entre homens e mulheres, ao criticar a posição do deputado Malaquias Antônio Gonçalves, que advogava que a mulher estaria condenada por natureza à incapacidade e ao atraso mental. Tendo como referência as premissas da fisiologia humana em voga, o referido deputado pretendia demonstrar a inferioridade da mulher e atestar a sua dependência perpétua em relação ao homem, sobretudo, imputando às mulheres a condição de inaptas aos *estudos sérios*. Tudo isto inscrito, como supunha, *no próprio cérebro feminino*. A questão da inferioridade da mulher era medida, conforme argumentos apresentados por Malaquias, pelo peso do cérebro.

Indo de encontro a essas afirmações, Tobias Barreto (1962) cita autoridades em medicina, principalmente alemãs, endossando a posição de que a mulher tinha plena aptidão para o aprendizado e para o ofício. Invoca, como exemplo, a russa Nadeschda Suslowa, a primeira mulher a se tornar médica na universidade de Zurich em 1867.

Numa ambivalência típica dos intelectuais de então, Tobias entendia que não havia exagero algum em pensar na emancipação da mulher. Ele inclusive ressaltava que essa é uma *das questões do nosso tempo*. É um dos mais sérios assuntos da época, em toda a sua complexidade, e pode ser tratado sob três pontos de vista distintos: o político, o civil e o social.

Quanto ao primeiro, a emancipação política da mulher, confesso que ainda não julgo precisa, eu não a quero por ora. Sou relativista: atendo muito às condições de tempo e de lugar. Não havemos mister, ao menos em nosso estado atual, de fazer deputadas ou presidentas da província (exclama um deputado: o Sr. é oportunista). (BARRETO, 1962, p. 75).

Civilmente, argumenta ser necessário emancipar a mulher do *jugo de velhos prejuízos, legalmente consagrados*. Sua posição era de que as relações da família ainda eram constituídas sobre o alicerce dos princípios bíblicos da sujeição feminina.

A mulher ainda vive sob o poder absoluto do homem. Ela não tem, como deveria ter, um direito igual ao do marido, por exemplo, na educação dos filhos; curva-se como escrava à soberania da vontade marital. Essas relações deveriam ser reguladas por um modo mais suave, mais adequado à civilização. (BARRETO, 1962, p. 75).

Sustentar que a mulher não tem aptidão para os estudos científicos é além de *um erro histórico, um atentado contra a verdade dos fatos*, assevera Tobias Barreto. Ocorre que, a partir do momento em que a noção de cultura passou a ser percebida por Tobias como uma construção artificial utilizada no combate das intempéries impostas à condição humana, emerge a possibilidade de identificação no universo das relações sociais, a chave para compreensão dessa desigualdade. Para Tobias Barreto (1962, p. 81) a mulher não teve, no transcurso histórico, “uma educação suficiente e dessa mesma falta de educação tem resultado para o sexo um tal ou qual acanhamento”, chegando ao ponto de supor que ela não é suscetível de cultivar-se e ilustrar-se da mesma forma que o homem.

A procura de um maior ou menor grau de desenvolvimento entre os sexos deve levar em consideração a educação incompleta, a cultura escassa da mulher. Até hoje, educação só e só para a vida íntima, para a vida da família, ela chegou ao estado de parecer que é esta a única missão, que nasceu exclusivamente para isto. E tal é a ilusão em que laboramos: tomando por efeito da natureza o que é simplesmente um efeito da sociedade, negamos ao belo sexo a posse de predicados que aliás, ele tem de comum com o sexo masculino. (BARRETO, 1962, p. 82).

Já existe, nesse momento, um creditável argumento que notadamente foi de encontro a algumas das pressuposições vigentes que legitimavam e explicavam as questões de gênero a partir do dimorfismo sexual. A ossatura dessas pressuposições, que culminará na crítica à sociologia, será edificada e depurada em seus escritos subsequentes.

Segundo a delimitação de Antônio Paim (1966) e Paulo Mercadante (1990, 2006), o início da década de 1880 marca, na trajetória das inquietações teóricas de Tobias Barreto, o começo do ciclo de adesão ao Neokantismo.

Embora a relação com o pensamento alemão tenha vindo de antes, foi somente a partir do concurso realizado em meados da década de 1880 que ele manifestou abertamente sua posição teórica.

A questão oferecida pela congregação da FDR para o concurso foi a seguinte: *conforma-se com os princípios da ciência social a doutrina dos direitos naturais e originários do homem?* Essa pergunta foi respondida tendo como referência a pressuposição teórica que acenava para o fato de que o fenômeno jurídico deveria ser compreendido como construção cultural humana. Conforme Tobias Barreto (1977, p. 285), “a concepção de um direito superior e anterior à sociedade é uma extravagância da razão humana, que não pode se justificar. O homem é um ser histórico”; acreditava que um direito natural e não relativizado seria impensável. O direito oscila e varia no espaço e no tempo: “[a] etnologia nos mostra que as diferenciações que produzem raças, trazem diferenças nos costumes, nas leis, nas instituições das mesmas raças, e história confirma essa asserção”.

A ciência, a educação, a religião, a arte e o direito, como tantas outras instituições sociais, eram *produtos da cultura humana*. Os considerados naturais e inalienáveis direitos, tais como à propriedade, à vida, à liberdade, “nunca existem fora da sociedade; foi esta que os instituiu e os consagrou” (BARRETO, 1977, p. 286). Incorporando a reflexão de Rudolph Von Jhering (2001) acerca do direito, define-o como um *complexo de condições existenciais da sociedade, asseguradas por um poder público*. Uma vez que esse poder público garante os direitos sociais, nenhum direito pode preexistir a ele.

A teoria de semelhantes direitos não é somente inarmonizável com os referidos pressupostos, mas até sucede que a sua permanência é um obstáculo à sociologia. Platão disse: não a ciência do que passa; a moderna teoria da evolução inverteu a proposição e redarguiu ousada: só a ciência do que passa, por que a história só se ocupa do que passa, e todas as ciências caminham para tornar-se preponderantemente históricas. (BARRETO, 1977, p. 287).

A essência do fenômeno jurídico, conforme Tobias Barreto, pode ser traduzida na seguinte máxima: “serpente que não devora serpente não vira dragão”. Partindo desse axioma, a origem sociológica do direito deveria ser remetida ao processo de transformação da força

[...] que se limitou, e continua a limitar-se no interesse da sociedade. Desta força conservada e desenvolvida, é que tudo tem-se produzido, inclusive

o próprio direito, que, em última análise, não é um produto natural, mas um produto cultural, uma obra do homem mesmo. (BARRETO, 1977, p. 287).

O Aporte, mais denso que a dissertação para o concurso, significativo para o debate que orbitava em torno das limitações do conhecimento sociológico nos termos darwinistas e positivistas, está presente no texto intitulado *Glosas heterodoxas a um dos motes do dia ou variações anti-sociológicas* [1881] (BARRETO, 1962). Ele opera críticas à ideia de justaposição dos modelos de explicação e entendimento das ciências naturais para o entendimento dos fenômenos sociais. A sua reflexão estava endereçada a dois pilares do organicismo em voga. No primeiro instante, refuta o determinismo que advogava a lei da causalidade e desprezava a volição nos assuntos sociais humanos, e, em um segundo momento, vai de encontro às suposições de que os fenômenos sociais pudessem ser regidos pelo império inescapável das leis.

A crítica de Tobias Barreto ao positivismo ocorre em torno dos conceitos de sociedade e de cultura: era impossível explicar a sociedade a partir da analogia a organismos vivos ou acreditar que sua dinâmica fosse alimentada por mecanismos involuntários inscritos instintivamente nos sujeitos. As anomalias da vida social, que “são a verdadeira vida do homem”, são transgredidas a partir de formas de “seleção que purificam os homens”. A seleção jurídica e as outras formas de seleção (estética, educativa, moral, etc.) constituem um processo geral de depuração que caracteriza o grande progresso da cultura humana. A sociedade, como produto da cultura, é “um sistema de forças que lutam contra a própria luta pela vida”. Ela depura e retira o homem de sua condição animal. Logo, a seleção dos aptos e dos normais não poderia ser feita a partir de algumas instituições sociais, como asilos para mentecaptos, doentes e leis de socorro aos indígenas, como sugeria Gustave Le Bon. Tobias argumentava que a teoria que postula a normalidade da eliminação natural dos fracos diante dos fortes e dos enfermos frente aos sadios acataria, tranquilamente, a ação do homem robusto e vigoroso que, em luta com o raquítico e inválido, chegaria a matá-lo.

Entregar os míseros à sua própria miséria, deixar que morram de fome os que não podem conquistar pelo trabalho os meios de subsistência, e deste modo correr para o depuramento da sociedade, se isto é seleção, seria mil vezes mais bárbara do que a velha seleção espartana; e como precisa de um nome, que a caracterize, - pois que Esparta já não existe, bem pudera qualificar-se de seleção inglesa. (BARRETO, 1962, p. 214).

Outro aspecto relevante desenvolvido por Tobias Barreto no que concerne a crítica à sociologia diz respeito ao fato da *crença* em uma disciplina denominada *sociologia* proceder do reconhecimento que as ciências naturais detinham. Afirma que os sociólogos, que, em regra são espíritos tomados de admiração pelos progressos e conquistas das ciências naturais, entendem que nada há de mais fácil do que construir a sua sociologia, aplicando-lhe, unicamente, o método naturalístico, isto é, observando e induzindo.

O exame de Tobias Barreto é dirigido ao trabalho de Paul Von Lilienfeld (1828-1903), famoso sociólogo russo partidário e defensor do organicismo. Conforme Tobias Barreto:

A teoria é bonita demais, para ser verdadeira. Efetivamente: um menino de cinco anos, nascido em uma das nossas grandes cidades, que brinca sobre o tapete de nossos salões, não pode apresentar os mesmos sinais de rudeza mental, que apresenta a pobre criança, da mesma idade, filha do alto sertão, ainda meio “alali”, que mal começa a conhecer e distinguir seus pais. Igualá-los é um disparate, que repugna à observação e ao bom senso. (BARRETO, 1962, p. 270).

Apresentando estratégica sensibilidade para contrariar o critério empírico naturalista presente nos estudos de Lilienfeld, introduz-se a dimensão cultural e social como relevante para pensarmos os homens e mulheres em sociedade. Conclui o texto convidando-o para visitar o Brasil para constatar que o determinismo racial não vinga e que este país é um sintoma de que os preceitos inexoráveis da sociologia de então, que advogam o malogro das raças inferiores em seus climas tropicais, encontra seus limites nas evidências aqui fornecidas. Segundo Tobias Barreto:

Quanto ao ponto relativo às raças, isso é apenas o efeito de uma outra mania do nosso tempo: a mania etnológica. Eu quisera que Lilienfeld viesse ao Brasil, para ver-se atrapalhado com a aplicação de sua teoria ao que se observa entre nós. As chamadas raças inferiores nem sempre ficam atrás. O filhinho do negro, ou do mulato, muitas vezes leva de vencida o seu coevo de puríssimo sangue ariano. (BARRETO, 1962, p. 270-271).

Como explicar a escravidão em uma sociedade escravocrata? Em tom ambíguo — pois aceita a ideia de uma desigualdade natural darwinista entre os homens, mas entende que o aparato cultural permite que toda essa dimensão supostamente natural seja desfeita ou depurada —, Tobias Barreto responde:

Se alguém hoje ainda ousa repetir com Aristóteles que há homens nascidos para escravos, não vejo motivo de estranheza. Sim, - é natural a existência da escravidão; há até espécies de formigas que são escravocratas; porém é cultural que a escravidão não exista [...] Do mesmo modo, é um resultado natural da luta pela vida que haja grandes e pequenos, fortes e fracos, ricos e pobres, em atitude hostil uns aos outros; o trabalho cultural consiste, porém, na harmonização dessas divergências, medindo a todos por uma só bitola [...] É natural que a mulher, por sua fraqueza, seja sempre uma escrava do homem; mas é cultural que ela mantenha-se em pé de igualdade, quando não lhe seja até superior. A ginococracia, que os poetas estão longe de admitir, exprimiria uma das mais altas vitórias ganhas pela cultura sobre a natureza. (BARRETO, 1962, p. 215-216).

A relação com o germanismo, cujas raízes remontam a uma índole social e existencial, ou seja, a possibilidade que emergia do espaço *fornecido* ao mestiço na sociedade brasileira concorreu para que Tobias buscasse reflexões sobre a natureza dessa sociedade e da possibilidade de pensar o seu reconhecimento naquele contexto a partir de uma crítica às teorias raciais. Não incorporou o repertório positivista e racial, senão apenas no início de sua jornada na FDR, pois essa vereda, inevitavelmente, condenaria as conquistas que a sua singular biografia colheu no transcurso de um período marcado pelo silencioso orbe da escravidão. Assim, nos autores alemães, encontrou a resposta paliativa para acalantar suas angústias ante um sistema social iníquo.

É possível auferir uma dose representativa de sua percepção sociológica e dos fatores que delimitaram e impulsionaram seu esforço intelectual, se observamos essa afirmação de Tobias Barreto (1926, p. 286): “não sou bastante forte para fazer à minha imagem e semelhança a sociedade em que vivo; mas esta, por sua vez, não é também bastante forte para me levar em sua corrente. Daí uma eterna irredutibilidade entre nós”.

Lívio de Castro: a mulher e o discurso médico

Educar a mulher é intervir na seleção humana, é dirigi-la no sentido da evolução mental. (Tito Lívio De Castro, 1893).

No último quartel do século XIX, o discurso médico também passa a se interessar pela questão feminina. Questões sobre maternidade, aleitamento materno, menstruação e histeria passam a fazer parte das demandas médicas

da época. A medicina pretendia produzir um saber científico que, baseado na ideia de “destino natural” e na distinção entre condutas normais e patológicas, contribuíssem ideologicamente para a manutenção da ordem e da ideia da boa mãe e boa esposa. Esse tipo de narrativa, influenciada pelas teorias evolucionistas, sobretudo da linha darwiniana, foi potencializada e contribuiu significativamente para a manutenção da ideia de inferioridade feminina.

Tomados de preocupação pelo futuro da nação e com um caráter ideológico, os textos que abordavam a questão da mulher tinham a preocupação de opinar sobre o papel social da mulher. Grande parte dos trabalhos se concentrava na área ginecológica, centralizando a observação nos aspectos biológicos da mulher como constituintes de sua condição de inferioridade, abordando a mulher numa perspectiva de mãe e esposa; uma mulher funcional à reprodução da ordem familiar. O discurso médico e intelectual da época considerava a mulher responsável pela transmissão da boa moral aos homens. Por isso, muitos desses médicos passaram a defender a educação feminina, considerando que a instrução feminina seria essencial para superação do atraso da sociedade brasileira, bem como para a formação de homens que se enquadrassem no novo padrão do tempo.

Tito Lívio de Castro, um médico carioca mestiço muito elogiado por Sílvio Romero, escreveu o livro *A Mulher e a sociogenia*, livro que, influenciado pelo discurso médico em ascensão na época, examina a questão da mulher não pelo viés ginecológico (caminho hegemônico utilizado pelos colegas de profissão), mas pela perspectiva da craniologia, isto é, estudando o cérebro feminino e fazendo uma comparação entre o peso cerebral da mulher e do homem. Nascido no Rio de Janeiro em 1864, Castro era órfão e foi apadrinhado por Manoel da Costa Paes, um comerciante português que financiou os estudos do carioca, que se tornou bacharel em Letras e, em 1884, entrou para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, doutorando-se em 1889. Porém, Tito faleceu jovem, aos 26 anos, pouco tempo após o seu doutoramento, acometido pela tuberculose.

Em sua principal obra, o médico carioca tinha por objetivo, como explica Antonio Candido, “definir o papel da mulher na sociedade moderna, escopo sociológico que procura fundamentar com uma primeira parte biológica e uma última parte que se diria educacional” (CANDIDO, 2006, p. 275). Lívio de Castro escreveu dois outros livros: *Alienações e ilusões* (1889), sua tese de doutoramento; e *Questões e Problemas* (1913), que consiste em uma coletânea de seus escritos publicados entre 1881 e 1890. Influenciado por Manouverier, Wagner, Topinard, Huscke e Broca, no que tange à questão da inferioridade do cérebro feminino, assim como por Lombroso e Ferroso ao comparar a evolução sexual dos animais e dos seres humanos (MARTINS, 2004), em suas observações dos

crânios, Castro defende que a mulher tem o peso do cérebro menor que o do homem, o que indicaria uma inferioridade da evolução feminina em relação à masculina, ou seja, a inferioridade da mulher. Segundo Castro, a mulher era inferior intelectualmente ao homem devido, portanto, a aspectos naturais como o peso do seu cérebro.

É indiferente ao clima, é indiferente à raça, o resultado é o mesmo em todas as longitudes e altitudes. O fato demonstrado pelo método desapai-xonado das cifras é inegável, tem generalização, a amplitude de uma lei: - a mulher tem menos cérebro que o homem. (CASTRO, 1893, p. 45).

O autor é considerado um dos intelectuais mestiços de grande capacidade científica por Sílvio Romero. O médico carioca é descrito por ele como um “mestiço irrecusável” devido a sua cor da pele, que foi um dos fortes motivos pelo preconceito vivido por Lívio de Castro: “injúrias, grosserias, sofre-as Tito Lívio nos colégios que cursou, e mesmo na academia. Seu gênio absolutamente rígido no caráter, sua cor de mestiço irrecusável, são capazes de explicar a origem desses ataques partidos de almas mesquinhas” (ROMERO, 1893, p. XIII). Isso deve explicar a busca, por parte do autor, de que, através de uma análise científicista, o mestiço alcançaria de forma direta a ascensão social através da educação.

Como nos aponta Almeida:

Não por acaso, Lívio de Castro defendeu a educação como solução para os problemas sociais do Brasil. Para ele, e, para outros mestiços foi um meio direto de ascensão social, ainda que em muitos casos, essa não viesse acompanhada de ascensão econômica. Também, os estudos, a educação superior, a erudição, não foram às únicas formas de ascensão social entre os mestiços. Várias foram as vivências e contingências encontradas por cada um, no rico cultural do século XIX. (ALMEIDA, 2008, p. 62).

A invisibilidade do médico carioca era tamanha que pouco se sabia a respeito do médico mestiço. Toda a sua biografia que pode ser acessada vem dos prefácios de seus livros feitos por Sílvio Romero, que foi seu professor no Colégio Dom Pedro II. O autor sergipano, em certa medida, usava tons elegíacos para se referir ao médico carioca, aos moldes do que ocorria com Tobias Barreto.

Os quatro representantes máximos da raça cruzada no Brasil neste século foram André Rebouças, José do Patrocínio, Tobias Barreto e Lívio de

Castro; mas o primeiro tem fundo e não tem forma; o segundo, forma sem fundo; os dois últimos tiveram uma e outra cousa. Em Tobias Barreto predominam a imaginação poética e a intuição filosófica, em Lívio de Castro a capacidade científica e o espírito construtor. (ROMERO, 1893, p. XXVI).

No século XIX, há uma forte influência do Darwinismo Social nas produções científicas da época. Tito Lívio de Castro não foge à regra, porém acredita-se (ALMEIDA, 2008) que as teorias propostas pelo autor são combinações das ideias de Darwin com as de Lamarck. Indo mais além, a influência mais sentida na obra de Castro foi a de Ernest Haeckel, um propagador das teorias darwinistas entre os germânicos.

Lívio de Castro não foi o único de sua época a sofrer influências haeckelianas. A chamada Escola do Recife teve uma forte preponderância dessa teoria, essa talvez tenha sido uma das principais causas de o autor ser enquadrado como integrante dessa Escola (ALMEIDA, 2008), apesar de ser membro da Escola de Medicina no Rio de Janeiro. Como aponta Nelson Saldanha, “o autor sofreu profunda influência do evolucionismo e do transformismo [...], mas também se interessou profundamente pela psicologia associacionista do século XIX, por Mill, Huxley e outros (SALDANHA, 1995, p. 79) e segue fortes influências do seu professor Sílvio Romero. A elite intelectual nacional foi fortemente instruída pelas perspectivas vigentes na Europa, como o Darwinismo social, o evolucionismo e o positivismo, o que, de certo modo, permitiu e condicionou uma reflexão acerca da sociedade brasileira. Sílvio Romero, fala de um “bando de ideias novas”, para falar das teorias europeias que chegam tardiamente aqui no Brasil, a partir de 1870. A Escola do Recife se amparou nessas teorias para pensar sobre os problemas que a sociedade brasileira enfrentava, e, principalmente, sobre a questão do atraso.

Em sua obra *A mulher e a sociogenia*, publicada em 1893, três anos após a sua morte, Castro traz à tona a questão da mulher uma década depois das tensões de Tobias Barreto com a interpretação vigente acerca da condição da mulher. A obra apresenta um jargão técnico e um caráter científico característico da época. Usa termos da biologia, da craniologia, da fisiologia, entre outros ramos da ciência que estavam em auge no Brasil. O livro mostra o esforço do autor em apresentar dados estatísticos como base dos seus argumentos. Além disso, é perceptível as críticas que Tito Lívio de Castro faz à idealização da mulher feita pelo Romantismo e por Schopenhauer, sobretudo a este último, que tratava a mulher de modo a negar ao gênero feminino qualquer forma de superação de sua “inferioridade”.

Saldanha (1995) também reconhece a produção de Lívio de Castro considerando o seu livro significativo para a vida intelectual brasileira.

Seu livro maior, *A mulher e a sociogenia*, pode ser considerado uma das maiores produções da vida intelectual brasileira no século passado. Bem escrito, com um estilo muito superior ao da maioria dos grandes da Escola do Recife, o livro é claro, seguro, refletido e bem estruturado. Se tem equívocos, se tem *parti pris* pelo biologismo, são traços de seu tempo e de seu meio. (SALDANHA, 1995, p. 79).

Seguindo pela linha lamarckiana de análise dos aspectos naturais do processo evolutivo, mas também tentando diagnosticar efeitos biológicos de circunstâncias ambientais, Lívio de Castro conclui que o cérebro feminino teria sido pouco utilizado e a mulher, portanto, teria pouco se servido dele, por isso o órgão não teria se desenvolvido. Ele conclui que a diferença do volume do cérebro masculino para o feminino era, em média, de 150 cm³. Para ele, a mulher estaria num estágio de atrofia cerebral devido ao pouco uso do seu cérebro, o que estaria se desdobrando em problemas sérios para a evolução da espécie. A mulher estaria na infância da humanidade, em comparação ao homem branco – representante do ápice dessa evolução. Porém, é neste ponto que o autor começa a apresentar uma nova perspectiva, diferente dos colegas médicos que refletiam sobre a questão a partir de uma perspectiva ginecológica. As questões da educação e da evolução estão intimamente ligadas na obra de Castro, sendo o processo educativo considerado como pressuposto básico da evolução humana. Sua contribuição ao debate sobre a mulher em finais do século XIX: para ele, a situação do atrofiamento do cérebro feminino apresenta-se de maneira reversível, situação que seria superada ao passo que a mulher fosse submetida ao processo educativo. Para o autor, não havia contestação científica alguma que impedisse o processo educativo para mulher, tese pela qual ele se contrapunha ao discurso médico hegemônico que considerava que “a educação poderia atrofiar os órgãos reprodutivos femininos e masculinizar as mulheres” (ROHDEN, 2001, p. 207).

Não há, portanto, objeção científica contra a educabilidade da mulher, ela é um organismo como os outros e sob a ação dos motivos que influenciaram os outros reagirá do mesmo modo que eles: o motivo é a educação, a reação é a evolução mental. (CASTRO, 1893, p. 312).

As questões da educação e da evolução estão intimamente ligadas na obra de Castro, *sendo o processo educativo considerado como pressuposto básico da evolução humana*. “Seu livro é, portanto, uma síntese das principais conclusões sobre as diferenças sexuais mapeadas pelos cientistas dos séculos XVIII e XIX, base material para justificar as hierarquias, as desigualdades e a legitimação do poder” (MARTINS, 2004, p. 246). O autor defendia que a educação seria o meio mais efetivo e rápido para o desenvolvimento mental das mulheres, deste modo, a educação feminina seria essencial para o progresso da nação. O autor se preocupa em identificar as causas do que se pensou como *atraso nacional*, assim como apontar soluções para a sua superação. Desse modo, coloca a mulher no centro de suas preocupações, indicando-a como causa e consequência do retardamento do desenvolvimento nacional. Embora aponte que a inferioridade da mulher era de forma física, a cultura e educação pesam mais em sua análise do que a natureza e a raça, pois defendia que esse problema físico se resolveria através do processo educacional, considerando as possibilidades de estímulo cerebral.

Para Lívio de Castro, a população brasileira deveria ser urgentemente educada, incluindo tanto homens quanto mulheres. Devido à restrição de acesso à educação em favor de uma pequena parcela da população brasileira, a educação deveria ser defendida por todos os governadores, constituindo uma prioridade para se alcançar o desenvolvimento humano tão almejado e discutido pela elite intelectual daquele período.

A evolução humana será tanto mais fácil, quanto mais próxima da mentalidade masculina estiver a feminina. Só assim, terá uma base estável a sociedade humana que passa da mitologia para a ciência, quando a mulher atual continua na mitologia anacrônica. A utilidade, a necessidade da educação feminina impõe-se à espécie como base da seleção que deve ser intelectual, em relação ao futuro e não física em relação ao passado. Sem educação, a vida da mulher achar-se-á em breve comprometida pelo industrialismo que irrompe indomável e vitorioso. Não somente sob o ponto de vista econômico, mas, e principalmente, sob o ponto de vista específico, “antropológico”, a educação da mulher, promovendo a substituição de um tipo sociogênico retrógrado por um tipo progressista, é de utilidade e necessidade absoluta. Sem educação feminina não há evolução feminina, porque a educação é, no presente caso, o único fator mesológico mutável, o único, portanto capaz de determinar novas adaptações que já têm, entre os dois tipos, um caráter de raça, que assumirá proporções muito maiores e

estará constituído um dimorfismo específico na humanidade. (CASTRO, 1893, p. 404-405).

Apesar de endossar a suposição da inferioridade intelectual da mulher em relação ao homem, constatada a partir do peso do cérebro, Tito Lívio de Castro perseguia a hipótese que o desenvolvimento para o Brasil passa diretamente pelo processo educativo. Em sua perspectiva, a educação seria a única forma de evolução da mulher. Percebe-se, neste trabalho, que existia um pressuposto que indicava a relação entre a educação feminina e o desenvolvimento da *nação*.

O cérebro feminino só espera o fermento da educação para evoluir. Educada a mulher, organizada a seleção intelectual, a única rigorosamente compatível com a vida de uma espécie que existe pela inteligência, estarão para sempre rotas as cadeias que prendem a espécie e a sociedade ao passado remoto, serão economizadas as energias despendidas hoje contra o passado redivivo nos preconceitos, nas mitologias e na ignorância [*sic*] (CASTRO, 1893, p. 405-406).

Nesse sentido, a evolução da mulher reverberaria na evolução da família, bem como de toda a sociedade. O autor critica a ideia que era consonante na época, que a educação feminina promoveria a destruição familiar, pois esse processo poderia colocar em risco os interesses da família (patriarcal). E, também, questionava o fato de que “a mulher deve ser unicamente procriadora” (CASTRO, 1893, p. 318). “Se a educação da mulher, se o seu progresso mental vem dissolver a família, o primeiro cuidado de um povo que civiliza deve ser extinguir a família e educar a mulher” (CASTRO, 1893, p. 320).

Embora o autor seja um defensor da educação feminina, ele não faz isso numa perspectiva política; ele não defendia que a mesma ocupasse cargos políticos, mas que sua educação era necessária no processo civilizatório brasileiro, a mulher educada ajudaria nesse processo, pois uma família não poderia estar a cargo de uma mulher que não contribuísse para esse fim. Nesse aspecto, Lívio de Castro se junta aos intelectuais do século XIX que se preocupavam com o atraso do Brasil, e se diferenciava ao elencar a mulher como objeto de estudo e não a questão racial, em sua perspectiva, “mulher é um elemento conservador, coercitivo, uma força estática que pode e deve ser transformada na dinâmica de interesse geral, na evolução” (CASTRO, 1893, p. 354). O autor, ao eleger a mulher como categoria de análise, atribui à educação um papel *sine qua non* no processo de evolução.

Apesar de afirmar a inferioridade da mulher em relação ao homem, conclui que isso se deve ao *fator cultural* pela falta da educação, não redundando um determinismo biológico aos moldes das ciências da natureza de sua época. Acreditava que a educação promoveria uma evolução mental na mulher que poderia ser transmitida de geração em geração, ou seja, inverte a lógica do biologismo clássico do século XIX, onde a natureza sobredetermina o social e direciona-o.

Castro era adepto da ideia de hereditariedade mental, segundo a qual as aquisições intelectuais contribuíam na evolução da raça, sendo transmitida hereditariamente. Por isso foi um defensor da inclusão feminina à educação, por acreditar que este seria um dos meios mais rápidos e seguros na promoção da evolução mental da mulher, bem como para sua transmissão às futuras gerações. (ALMEIDA, 2007, p. 3)

As conclusões a que chega o médico carioca sobre a mulher no século XIX ilustram os limites e as possibilidades institucionais sob as quais se manifestavam as tentativas de compreender a sociedade brasileira. Só com suportes materiais e sociais é que foi possível surgir uma reflexão de caráter cientificista como a de Lívio de Castro. Seu entendimento em relação à educação feminina alinhou-se aos aspectos das teorias biológicas, com especial influência lamarckiana; porém, suas teses sobre a educação feminina constituíram argumentos avançados para a época, tendo em vista as condições que a ciência tinha para oferecer no contexto em que o autor estava inserido, além de superar as questões de meio de raça que predominam nos estudos dos intelectuais brasileiros nos oitocentos. O fato de Lívio de Castro, apesar de ser mulato, se ocupar da questão da inferioridade feminina aponta que essa era uma forma de criticar a teoria racial e fundamentar a igualdade entre a humanidade e reconhecer a cultura (educação) como fator determinante. Era uma defesa do negro tentando dizer que, se as condições fossem dadas, eles não difeririam em nada do branco. A educação se apresenta como um antídoto para os males do país. “Há nisso um sintoma do dilema enfrentado por muitos intelectuais mestiços, que buscaram na educação uma compensação para inferioridade de suas condições” (ALMEIDA, 2008, p. 105). Nesse sentido, pensar na educação como solução para a inferioridade da mulher, era pensar a solução para si, era uma forma de explicar sua condição de negro, de alguém visto sob a ótica da inferioridade social.

Florentino Menezes: sofrimento, justiça social e condição da mulher

A mulher, pelo menos até hoje, tem sido uma vítima da sociedade.
(Florentino Menezes, 1952)

Florentino Teles de Menezes (1886-1959) foi um intelectual sergipano que se dedicou à sociologia no início do século XX. Seguramente, é um autor da fase da sociologia pré-científica, segundo a delimitação de Antonio Cândido (1960), ou seja, do período anterior à década de 1930. Disto resulta o seu pensamento eclético e generalizante, como apontam seus poucos comentadores (SANTOS, 2003; SILVA, 1998), marcado pela inexistência dos rigores do período institucionalizado da sociologia brasileira posterior a 1940.

Nasceu em Aracaju, em 1886. Era filho de Álvaro Tales de Menezes, médico, e da professora Francisca Tales de Menezes. Começou seus estudos de engenharia em Recife, chegando a passar também pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e pela Faculdade de Medicina da Bahia, mas não concluiu sua formação universitária. Retornou à Aracaju em decorrência de problemas financeiros e viveu o restante de sua vida nesta cidade. É também na capital sergipana que produziu toda a sua obra e onde figurou como um dos principais disseminadores do pensamento socialista. Na sua militância, e na sua produção teórica, concedeu grande destaque à condição desigual das mulheres na sociedade humana e da necessidade crescente da superação desta condição.

Sociologicamente, seu interesse pela questão das desigualdades de gênero advém da mesma base de pensamento que o levou a refletir sobre o racismo, sobre a exploração do trabalho e sobre a “fome crônica”. No entanto, sem subsumir a questão de gênero às outras, Menezes compreende o caso da mulher como singular, decorrência de sua generalidade na história humana.

A mulher, pelo menos até hoje, tem sido uma vítima da sociedade. [...]

Existem também classes condenadas ou preferidas para o sacrifício, quando ele se impõe à mentalidade da época, como os escravos, os servos e os proletários.

Neste particular, as mulheres obtiveram sempre um lugar de destaque e, na maioria dos casos, foram alvo da preferência dos seus egoístas companheiros, relativamente à sua escolha para os mais diversos e os mais estranhos sacrifícios. (MENEZES, 1952, p. 181).

A particularidade da sua abordagem dada à condição da mulher parece ser devedora de uma condição marginal ocupada pelo autor na vida intelectual de sua época (SOUZA, 2020). Como um autodidata, seu pensamento não passou pelas restrições e orientações de método e de doutrina comuns à sociologia científica. É desta forma que vai com facilidade da paleontologia à história comparada e à biologia dos insetos. Talvez por isso não se possa esperar dele uma imersão total nas tendências de sua época. Situado no período de entremeio entre a sociologia do século XIX, dominada pelo determinismo naturalista e a sociologia do século XX, sobretudo àquela mais culturalista, pós-Gilberto Freyre, o pensamento do nosso autor é uma estranha confluência entre estas duas correntes. Ao mesmo tempo que está completamente mergulhado nas categorias de pensamento da biologia e do evolucionismo, é crítico ferrenho do reducionismo do social ao mundo natural e um defensor da autonomia do social sobre as outras esferas da realidade. Mais do que isso, defende que há uma preeminência do social sobre o natural. Assim,

[a] ação da sociedade não se limita apenas à mentalidade individual, às suas realizações de caráter psicológico, mas se exerce, ainda, sobre as manifestações dos próprios fenômenos orgânicos, relativos às funções fisiológicas e à estrutura anatômica do ser humano. (MENEZES, 1952, p. 135).

Esta posição se refletirá na sua compreensão da condição feminina e nas suas possibilidades de superação.

Sua tese é a de que a sociedade civilizada seria o estágio final do processo de evolução que vai do surgimento da vida nos oceanos terrestres ao homem europeu ou estadunidense de sua época. Esse processo evolutivo não se explicaria apenas no plano biológico. Também a sociedade interferiria na seleção das espécies, sobretudo através do que ele denomina de “sacrifícios”.

Comparando sociedades humanas com sociedades animais, Menezes (1952, p. 165) explica que toda sociedade impõe a seus membros determinadas coerções ou “sacrifícios” necessários ao funcionamento do coletivo. No que se refere às sociedades animais, todo sofrimento imposto pela sociedade aos seus elementos é útil e necessário. No caso da humanidade, em decorrência de sua evolução e do desenvolvimento de formas de mentalidade e comunicação mais evoluídas, há sofrimentos inúteis — causa das diferentes desigualdades sociais. Para o autor, grande parte desse sofrimento se deve, justamente, ao fato de sermos animais pensantes, com “mentalidade”, e de que, quase sempre, esta mentalidade adquire uma forma ilógica e irracional. Com o desenvolvimento

da civilização, da ciência, do pensamento racional e com a tomada de consciência de cada um de sua posição no todo social, do seu papel e dos sacrifícios que são necessários ou não, haveria, segundo ele, uma redução crescente da desigualdade.

Menezes compreende a condição da mulher em sociedade a partir deste quadro analítico, que é socialista, principalmente na medida em que é atento à base econômica da realidade social, bem como às desigualdades que lhe são inerentes, mas que não se permite restringir a nenhuma forma de economicismo. Por isso também as suas reflexões de gênero e de raça não parecem poder ser subsumidas à questão econômica, pois estes sacrifícios não encontram na desigualdade econômica sua causa última, mas na própria necessidade de sacrifício de todo agrupamento humano. O socialismo de Florentino vem de uma visão da sociedade que é sobretudo funcionalista. Daí também decorre suas formulações sobre a condição da mulher.

No seu entender, todo o sofrimento causado às mulheres ao longo da história é produto de imposições sociais, destinadas ao bom ordenamento da coletividade e da sua sobrevivência, mas que acabaram adquirindo a forma de sofrimentos inúteis e desnecessários. Não é a imposição de sofrimento pela sociedade que é o problema. Da mesma forma, não há culpados individualmente. É na maneira injusta como a sociedade, essa instância impositiva e absoluta que penetra até mesmo no fisiológico, tem imposto a demanda dos sacrifícios que se encontra o problema.

Durante milhares de anos, ela seguiu, torturada e humilhada, o seu egoísta companheiro, ajudando-o a vencer as batalhas exaustivas da vida.

Finalmente, e para maior glória da humanidade, começa a raiar, para a mulher uma nova e refulgente aurora.

Mas, em reconhecimento da verdade, é necessário dizer que foram as condições da existência social no passado (isto é a sociedade) que sacrificaram a mulher.

Estas condições se transformaram por efeito da própria evolução social, e, hoje, procuram defendê-la e livrá-la da série imensa de sacrifícios inúteis que a antiga sociedade lhe impôs.

Em última análise, foi a sociedade que sacrificou a mulher e, hoje, procura libertá-la. (MENEZES, 1952, p. 186).

O exemplo mais notável dado pelo autor destes “sacrifícios inúteis”, e que foi alvo de sua investigação como um dos problemas sociais latentes de seu tempo, é o da prostituição.

A sociedade, hoje, eleva e dignifica a mulher, mas somente a mulher que progride e vence nas regiões elevadas da pirâmide social [...] Mas, quando são arrastadas à degradação da vida e à prostituição, por um sofrimento moral inconcebível, determinado pela miséria e pela fome, a sociedade sem piedade e sem justiça, condena e persegue, estas vítimas indefesas da existência social humana. (MENEZES, 1952, p. 190).

A prostituição é o fenômeno revelador da posição de desigualdade da mulher na sociedade de sua época, fenômeno ao qual Florentino Menezes se insurge teórica e politicamente. Ele o compreende como o efeito de uma imposição de funções sociais necessárias, mas cuja forma atual não é assim, a uma determinada classe social, economicamente definida e delimitada, e que responde tanto pelos benefícios materiais de que uma minoria goza quanto pelas necessidades propriamente biológicas, sexuais, que essa composição viciada do coletivo impõe aos homens. Ainda assim, tal fenômeno não é compreendido como definitivo ou imutável. Segundo o autor,

à proporção que a civilização se desenvolve e as conquistas de ordem moral se tornam mais frequentes, a mulher vai, pouco a pouco, livrando-se dos pesados sacrifícios que a sociedade lhe exigia. [...]

O reajustamento, ou melhor, a democratização dos sacrifícios é, portanto, um fenômeno que se impõe como um imperativo social, uma conquista brilhante da mentalidade humana.

Mas este reajustamento efetua-se muito lentamente. (MENEZES, 1952, p. 186).

Na sua análise, Menezes elenca dois processos em curso e que parecem evidenciar a marcha da história: um processo de caráter econômico e outro intelectual. Em relação ao fator econômico, destaca a influência da sociedade estadunidense sobre a brasileira, sobretudo através do cinema. Cada vez mais, no Brasil, as mulheres se aproximam do modelo de civilização exemplificado pelo norte da América, símbolo de progresso tanto econômico, quanto científico e moral, e que se revela nos seus produtos culturais. No plano das ideias,

Florentino destaca a participação da Igreja Católica na valorização da mulher, sobretudo com a figura de Maria, mãe de Cristo. Dado o seu papel importante na narrativa católica, seu peso não pode ser considerado. Nas palavras do autor, através da virgem Maria, a Igreja “sublimou” a mulher.

Mas, infelizmente, a religião católica destruiu sua finalidade principal, trancando a mulher, depois de sublimá-la, nas prisões do ideal, prendendo-a, nas cadeias de ouro do sentimento e exigindo-lhe sacrifícios incompatíveis com sua organização biológica e sua posição social. (MENEZES, 1952, p. 185).

Além disso, e atribuindo-os ao avanço do progresso civilizatório, o autor não se furta de destacar o voto feminino, bem como a maior presença em cargos públicos, por exemplo, como conquistas de seu tempo.

Relativamente a estas conquistas edificantes para a humanidade marcham na vanguarda os Estados Unidos, a Inglaterra e ainda outros países de intensa e elevada civilização.

A mulher, no Brasil, não possuía o direito de voto, não podia ocupar cargos públicos, não era admitida no comércio e os melhores lugares lhe estavam vedados. [...]

Hoje, as mulheres brasileiras podem, como os homens, ocupar os cargos públicos mais bem remunerados.

No comércio, sua atividade produtora é disputada e, nas universidades, conquistam os títulos científicos, fazendo, com elegância, uma concorrência muito digna e leal aos seus companheiros de luta.

Isto é de molde a provar que aqueles sacrifícios, impostos illogicamente à mulher, eram inúteis, relativamente à segurança e às defesas sociais. (MENEZES, 1952, p. 182-183).

Florentino Menezes é um autor atípico. É por isso que, mesmo compartilhando diversos preconceitos típicos de sua formação evolucionista e positivista, como o de reconhecer o tamanho inferior do cérebro feminino ou o de acreditar que as prostitutas, tendo em vista seus “sacrifícios inúteis e degradantes” — para utilizar a terminologia do autor —, seriam menos aptas ao trabalho intelectual, ele não pretende senão entregar estas “observações” ao caráter de fenômenos

históricos, causados pela sociedade e passíveis de serem transformados por ela. Assim, na medida em que faz concorrer em seu pensamento, paralelamente, o caráter evolucionista com a sua proposta da determinação do biológico pelo social, Menezes compreende a libertação da mulher de sua condição através de transformações sociais como uma ocorrência de ordem necessária, ditada pelas leis da sua ciência, a Sociologia, e não apenas como um imperativo moral.

Considerações Finais

O estudo de Oracy Nogueira (1978, p. 185), que teve como fito compreender a emergência da sociologia no Brasil apontou que o interesse pela sociologia se deu a partir de alguns fatores, sendo que o “principal fator de receptividade às ideias sociológicas no Brasil, a partir do século XIX, foi a perplexidade de uma elite letrada, preocupada com a identidade e o destino da sociedade nacional”. Essa perplexidade era atenuada pela ambivalência dos intelectuais brasileiros no século XIX “em relação ao contexto que estavam inseridos: vendo-os com os olhos do europeu, exacerbavam seus aspectos negativos, sem conseguir romper com os laços afetivos que a ele os prendiam”. Presos a orbe do mundo patriarcal escravocrata cristão, poucos deles conseguiram subverter o que as teorias ideologicamente rematavam.

Os autores aqui apresentados representam esses poucos que vislumbraram perscrutar publicamente a natureza intocada dessas instituições que excluía a mulher dos interesses dos intelectuais. O lugar público ainda era, no imaginário do século XIX, o lugar para se perder a respeitabilidade, para discutir e polemizar os assuntos da ordem do dia. No “feudo”, não havia debates e as verdades eram acatadas dogmaticamente. Conforme Sodré (1982, p. 45), a vida urbana, a partir da metade do século XIX, se amplia: “[n] ela, a mulher e o estudante estabelecem condições de sociabilidade que antes não existiam. Serão as parcelas mais importantes do público que, na época, acompanhavam as atividades culturais”.

A contribuição singular de Tobias Barreto à sociologia naquele momento esteve vinculada à possibilidade de fornecer um *status* científico e filosófico à pressuposição que advoga que as razões dos males do Brasil não estavam inscritas nas dimensões humanas naturais e, sim, na forma como a cultura possibilita a seleção e o estímulo dessas dimensões. Neste contexto, a educação passou a ser tida como elemento embrionário para pensar a sociedade brasileira e as possibilidades e/ou razões de seu malogro, uma vez que suas escolhas teóricas já não mais possibilitavam deduzir que a raça fosse um fator mais determinante ou mais importante que a cultura para o entendimento da sociedade e

de sua configuração. A mulher passa a ser um mote para o início da erosão do racismo científico.

O pensamento de Tito Lívio de Castro, embora ainda limitado — devido aos vieses impostos pela biologia à explicação sociológica vigente —, destacou-se em sua singularidade para a época. Apesar das teorias raciais estarem em posição de destaque para a intelectualidade brasileira, o autor é um dos primeiros teóricos nacionais a relacionar o atraso da nação à inferioridade intelectual da mulher, o que torna a sua teoria um tanto progressista para uma época em que a mulher não tinha atenção central em meio à elite intelectual brasileira que pensava o *problema nacional*. Tito Lívio tinha como objetivo, ao escrever o livro *A mulher e a sociogenia*, deixar uma contribuição para o desenvolvimento da consciência enquanto fator da evolução humana; mesmo fundamentado em premissas biológicas, sua principal contribuição está na defesa da educação para mulher e no reconhecimento que a educação promoveria uma evolução mental na mulher que poderia ser transmitida de geração em geração.

Para Florentino Teles de Menezes, por exemplo, o *status* da mulher nas sociedades humanas em geral é sempre agregado a um sofrimento inútil e desigual. Inútil e desigual justamente porque o autor não admite a preeminência dos fatores naturais ou biológicos frente aos sociais, mas o contrário, de forma que o biológico ou o psicológico não podem servir de justificativa à desigualdade social. O interessante é que Menezes não deixa de ser um pensador de seu tempo, o que torna sua leitura difícil para o leitor atual, sobretudo se tomar como ponto de partida uma noção redutora da produção do pensamento, como a que se contenta, por vezes, em reduzir Émile Durkheim a Auguste Comte ou o Evolucionismo social ao Evolucionismo biológico, e menospreza o caráter crítico que uma reinterpretação que parte das mesmas categorias pode sustentar. Na sua busca por se desgarrar de perspectivas racistas e conservadoras da época, Menezes não produz novas categorias, mas as ressignifica. Assim, se certas sociedades possuíam para ele, de fato, cérebros menores que outras, ou se as prostitutas eram estéreis, isso era assim pelo peso da divisão social do trabalho — algo que poderia ser transformado — sobre os seus corpos e suas mentes, e não por uma constituição a-histórica e natural qualquer.

Estes autores representam os momentos em que vão ganhando força as pressões em torno da entrada de novos atores na cena pública. Suas ideias, mesmo que presas aos limites de seu tempo, revelam as tensões pelas quais a história, e as suas relações de força, foram sendo sedimentadas. Apesar das teorias defendidas por esses autores serem consideradas, atualmente, como limitadas e, de certo modo, ultrapassadas, faz-se necessário perceber que elas constituem

avanço significativo para a época em que as teorias racistas predominavam e influenciavam as produções científicas. O discurso cientificista do século XIX é via para a manutenção do poder da elite, tendo em vista a conjuntura social da época, sendo as produções que abordam a mulher produtos dos interesses de uma elite patriarcal, machista e escravocrata. Era através dos pressupostos teóricos e ideológicos formulados pelos intelectuais da época, que predominavam nas mais variadas áreas da sociedade, que a classe dominante conseguia convencer e se manter no poder. Porém, as obras desses autores, ainda que restritas, se apresentam como uma reação às sentenças teóricas que excluem a mulher do debate científico.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. M. A. de. **Um “mestiço irrecusável”**: Tito Lívio de Castro e o pensamento cientificista no Brasil do século XIX. 2008. 171f. Orientador: Eduardo França Paiva. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

ALMEIDA, A. M. A. de. Lívio de Castro e um outro olhar sobre a mulher no século XIX. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo. **Anais** [...]. São Leopoldo: ANPUH, 2007. Disponível em: <http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/anpuhnacional/S.24/ANPUH.S24.0768.pdf>. Acesso em: 28 set. 2022.

BARRETO, T. Uma nova intuição do Direito. *In*: BARRETO, T. **Estudos de Filosofia**. São Paulo: Grijalbo; Brasília: INL, 1977 [1881]. p.238.

BARRETO, T. **Estudos de sociologia**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1962.

BARRETO, T. **Vários Escritos**. Aracaju: Ed. do Estado, 1926.

CANDIDO, A. A sociologia no Brasil. **Tempo Social**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 271-301, 2006.

CANDIDO, A. **A Sociologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Delta, 1960. (Enciclopédia Delata Larousse).

CASTRO, T. L. de. **A mulher e a sociogenia**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1893.

DA MATTA, R. Digressão: a fábula das três raças, ou o problema do racismo a brasileira. *In*: DA MATTA, R. **Relativizando**: uma introdução à Antropologia Social. Petrópolis: Vozes, 1981. p.64-98.

FERNANDES, F. **A sociologia no Brasil**: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1976.

FREYRE, G. **Casa grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Rio de Janeiro: Record, 2000a. v.2.

FREYRE, G. **Sobrados e mocambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. São Paulo: Rio de Janeiro: Record, 2000b. v.2.

JHERING, R. **A luta pelo Direito**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

LEITE, D. M. **O caráter nacional brasileiro**: história de uma ideologia. São Paulo: Ed. da UNESP, 2002.

MARTINS, A. P. V. **Visões do feminino**: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2004.

MENEZES, F. **Grandeza, decadência e renovação da vida**. Aracaju: Movimento cultural de Sergipe, 1952.

MERCADANTE, P. **Tobias Barreto**: o feiticeiro da tribo. Rio de Janeiro: Universidade Editora, 2006.

MERCADANTE, P. O germanismo de Tobias Barreto. *In*: BARRETO, T. **Bibliografia e estudos críticos**. Salvador: Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro, 1990. p.35-57.

NOGUEIRA, O. A sociologia no Brasil. *In*: FERRI, G. M.; MOTOYAMA, S. (org.). **História das Ciências no Brasil**. São Paulo: EDUSP/EPU-CNPq, 1978. v.3, p.180-195.

PAIM, A. **A filosofia da Escola do Recife**. Rio de Janeiro: Ed. Saga, 1966.

ROHDEN, F. **Uma ciência da diferença**: sexo e gênero na medicina da mulher. 2.ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2001. (Antropologia & Saúde collection).

ROMERO, S. **História da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: H. Ganier, 1980 [1888].

ROMERO, S. Tito Lívio de Castro. (Prefácio). *In*: CASTRO, T. L. **A mulher e a Sociogenia**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1893. p. IX - XXVII.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013 [1969].

SALDANHA, N. **A Escola do Recife**. São Paulo: Convívio, 1995.

SANTOS, W. D. **Florentino Menezes e a propaganda socialista em Sergipe nos anos de 1920**. 2003. 50 f. Monografia (Licenciatura em História) - Departamento de História, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2003.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870 - 1930**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

SILVA, A. E. M. Florentino Menezes: um pioneiro da sociologia no Brasil. **Revista Tomo**, São Cristóvão, n.1, p.71-88, 1998.

SKIDMORE, T. E. **O preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SODRÉ, N. W. **Síntese de história da cultura Brasileira**. 10. ed. São Paulo: DIFEL, 1982.

SOUZA, M. C. Florentino Menezes: por uma sociologia da realidade natural. **COSMOS: Revista de Graduação em Ciências Sociais**, São Cristóvão, v. 1, n. 1, p. 6–19, 2020.

Recebido em: 16 de agosto de 2021.

Aprovado em: 03 de maio de 2022.